

Processo nº 00600-00012668/2023-26.

Assunto: Contratação direta. Inexigibilidade de licitação.

Ementa: Inexigibilidade de licitação – contratação da empresa INFRAMERICA CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE BRASÍLIA S.A. para a prestação de serviço de receptivo (sob demanda) no Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek aos Membros (Conselheiro, Conselheiro-Substituto e Procurador) do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) e do Ministério Público de Contas (MPC) e às autoridades externas ocupantes de cargos análogos, em atendimento às necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com o Termo de Referência juntado à Peça nº 26. Boa ordem dos autos. Prosseguimento do feito.

NOTA nº 137/2024-CJP

Tratam os autos de procedimentos visando à contratação da empresa INFRAMERICA CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE BRASÍLIA S.A. para a prestação de serviço de receptivo (sob demanda) no Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek aos Membros (Conselheiro, Conselheiro-Substituto e Procurador) do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) e do Ministério Público de Contas (MPC) e às autoridades externas ocupantes de cargos análogos, em atendimento às necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com o Termo de Referência juntado à Peça nº 26.

Após análise, esta Consultoria Jurídica manifestou-se sobre as minutas do Termo de Referência e do Contrato (Anexos I e IV da minuta de ofício de peça nº 20), concluindo por suas regularidades, mediante a Nota nº 64/2024-CJP (peça nº 23).

Sendo assim, os referidos documentos foram submetidos à Contraente, que concordou com os seus termos, apresentando formalmente proposta de prestação de serviços (peça nº 27), no valor de R\$ 77.040,00 (setenta e sete mil e quarenta reais), valor este compatível com o cobrado de outros órgãos públicos, como o Banco Central do Brasil, o Tribunal Superior do Trabalho e o Supremo Tribunal Federal (peça nº 8).

A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças informa que o saldo orçamentário atual é suficiente para atender a despesa em questão, consoante Reserva Orçamentária nº 081/SEORC (peça nº 31)

Neste momento processual, retornam os autos por meio do Despacho nº 0665/2024 – Segedam, para análise da contratação em tela, a ser efetivada com fundamento no art. 74, inciso I, Lei nº 14.133/2021.

No tocante à documentação referente à sua regularidade fiscal, as certidões demonstrando a regularidade fiscal da INFRAMERICA CONCESSIONARIA DO AEROPORTO DE BRASILIA S.A. foram acostadas à peça nº 27, à exceção da CND junto à Fazenda Distrital, tendo a proponente apresentado esclarecimento prévio sobre a impossibilidade de sua emissão (Peça nº 27, fls. 9 e 10).

Destarte, esta Consultoria Jurídica, diante do que atestam as unidades administrativas deste Tribunal e restrita aos aspectos jurídico-formais, manifesta-se pela viabilidade jurídica da contratação direta pretendida¹, sem olvidar, porém, que a matéria, dada a sua natureza, encontra-se adstrita ao juízo de conveniência e oportunidade por parte da Alta Administração desta Corte de Contas.

¹ Lei nº 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;



Tribunal de Contas do Distrito Federal
CONSULTORIA JURÍDICA

Registre-se, ainda, que, caso aprovada pela Autoridade Competente, a despesa deverá ser publicada no sítio eletrônico do TCDF, de acordo com o que estabelece o parágrafo único do artigo 72² da Lei nº 14.133/2021, como condição de eficácia dos atos.

À consideração do douto Consultor Jurídico.

Brasília (DF), 08 de maio de 2024.

Ana Paula C. Resende
Assessora Jurídica

De acordo.

Encaminhem-se os presentes autos à Segedam.

ALCIDINO VIEIRA JUNIOR
Consultor Jurídico

² Lei nº 14.133/2021:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

(...)

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial."